

GREENPEACE

MADEIRA MANCHADA DE SANGUE

CHEGA
DE MADEIRA
ILEGAL

GREENPEACE



**VIOLÊNCIA NO CAMPO E ROUBO
DE MADEIRA DA AMAZÔNIA**



CENAS COTIDIANAS DE TERROR

Muitas famílias descansavam em suas residências naquele final de semana de abril de 2017, quando quatro homens armados com facas, facões, revólveres e espingardas de grosso calibre entraram pelo ramal da Linha 15, no Distrito de Taquaruçu do Norte, zona rural de Colniza, distante 760 quilômetros de Cuiabá, capital do Mato Grosso, com um objetivo claro: matar quantas pessoas fosse possível para aterrorizar a população local e expulsá-la. O grupo de extermínio, conhecido como “Os Encapuzados”, percorreu cerca de dez quilômetros, promovendo execuções e tortura, assassinando nove pessoas: Francisco Chaves da Silva, Edson Alves Antunes, Izaul Brito dos Santos, Alto Aparecido Carlini, Sebastião Ferreira de Souza, Fábio Rodrigues dos Santos, Samuel Antônio da Cunha, Ezequias Santos de Oliveira e Valmir Rangel do Nascimento. Alguns foram encontrados com as mãos amarradas nas costas e golpes de facão pelo corpo¹.

A cena de horror, que causa repulsa a quem lê, não se trata de ficção, nem mesmo de um caso isolado. Faz parte do cotidiano de muitas comunidades rurais Brasil adentro, especialmente na Amazônia, onde conflitos violentos pela ocupação de terra são frequentes, impulsionados por madeireiras clandestinas e grileiros de terra que desmatam a floresta ilegalmente para cultivo ou atividade pecuária.

Segundo denúncia do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE-MT)², o “massacre de Colniza”, como ficou conhecido o caso, foi motivado pela cobiça de madeireiros pelos recursos existentes na região de Taquaruçu do Norte, que incluem espécies de alto valor, como ipê, jatobá e massaranduba, amplamente utilizadas na fabricação de móveis e decks de jardim.

Os primeiros relatos de conflitos relacionados à extração ilegal de madeira nesta região datam de 2007 quando, segundo o MPE-MT³, em 23 de maio, “esta autoridade policial foi designada para atuar de forma especial, auxiliando investigações em andamento acerca de crimes: de homicídios consumados e tentados, que colocaram o Município de Colniza no primeiro lugar do ranking nacional da violência, elaborado pela OE1 — Organização dos Estados Ibero-Americanos (...) No dia 28.08 p-p-, desencadeamos a Operação Policial denominada 'OUROVERDE' na qual

conseguimos prender os principais executores dos crimes em comento. Porém, verificamos que, ‘mesmo finalizando tais trabalhos, a motivação ainda reside e está sendo fomentada por alguns, ou seja, o crime de extração ilegal de madeira ainda é o combustível da região”.

Em 2014, a região foi palco do duplo homicídio de Alfredo Teixeira Mendes Filho e Delmar Telek, juntamente com a queima de casas e o sequestro de Abenis Pedro de Lima. De acordo com o relatório MPE-MT, os moradores do distrito ainda não estão dispostos a falar dos assassinatos. Até novembro de 2017, o crime permanece sem solução e nenhum suspeito foi indiciado.

Foi neste ano que Valmir Rangel, uma das vítimas do massacre de Colniza, relatou à Justiça pela primeira vez que “temia por sua vida” e que homens encapuzados estavam aterrorizando a população local. As ameaças continuaram, com registros, em 2016, de expulsões de famílias, grilagem de terras, desmatamento, queimadas, extração e comercialização ilegal de madeira na região⁴.

O massacre de Colniza foi notícia no Brasil e no exterior, mesmo assim, o acusado de ser o mandante do crime, Valdelir João de Souza, está foragido da polícia. Ele é acusado pelo MPE-MT de ser o mandante do crime, com o objetivo de explorar árvores de alto valor⁵ na área onde viviam os moradores assassinados. Entre os indiciados pelo MPE-MT pelo massacre de Colniza, constam ainda quatro acusados por pistolagem – assassinos de aluguel – que teriam sido contratados por Valdelir para expulsar os moradores da região⁶.

Apesar de Valdelir estar foragido da polícia, suas madeireiras continuam funcionando a pleno vapor, como o Greenpeace pôde constatar durante uma viagem de campo, em julho de 2017, na cidade vizinha a Machadinho d'Oeste, cujos resultados estão disponíveis on-line⁷. Dia após dia, a empresa de Souza, a Madeireira Cedroarana⁸, processa madeira para ser vendida nos mercados nacional e internacional.

1 Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2017), caso número 1629-12.2017.811.0105, Código 78767, disponível em <http://servicos.tjmt.jus.br/Processos/Comarcas/dadosProcesso.aspx>
2 Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2017), caso número 1629-12.2017.811.0105, Código 78767, disponível em <http://servicos.tjmt.jus.br/Processos/Comarcas/dadosProcesso.aspx>
3 Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2017), caso número 1629-12.2017.811.0105, Código 78767, disponível em <http://servicos.tjmt.jus.br/Processos/Comarcas/dadosProcesso.aspx>

4 Morais, H. (2017). “Com 21 mortes em conflitos agrários em 2016, RO fica em 1º no ranking de violência no campo”, G1 Globo, disponível em <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/com-21-mortes-em-conflitos-agrarios-em-2016-ro-fica-em-1-no-ranking-de-violencia-no-campo.ghtml>
5 Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2017), caso número 1629-12.2017.811.0105, Código 78767, disponível em <http://servicos.tjmt.jus.br/Processos/Comarcas/dadosProcesso.aspx>
6 Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2017), caso número 1629-12.2017.811.0105, Código 78767, disponível em <http://servicos.tjmt.jus.br/Processos/Comarcas/dadosProcesso.aspx>
7 De acordo com os dados de embarque da Panjiva, empresa que mantém e analisa dados sobre embarques internacionais.
8 Indústria Comércio e Exportação de Madeiras Cedroarana Ltda.

RONDÔNIA, EPICENTRO DO DESMATAMENTO E DA VIOLÊNCIA DA INDÚSTRIA MADEIREIRA

Com aproximadamente 31 mil habitantes, o município de Machadinho d'Oeste encontra-se em Rondônia, na divisa com Mato Grosso, no limite oeste do Arco do Desmatamento - fronteira do desmatamento que se estende do norte do Maranhão ao Acre. A invasão da indústria madeireira e a apropriação de terras pressionam as florestas do estado e deixam as populações rurais em risco de desapropriação, violência e até de morte. Há muitos relatos de intimidação e de assassinatos e tentativas de homicídios?

Uma Reserva Extrativista (Resex), definida pela lei Nº 9.985/2000, Artigo 18, é uma área usada por populações tradicionais, cuja sobrevivência está na extração de produtos da floresta e na agricultura de subsistência. Os objetivos básicos de uma Resex são a proteção dos meios de subsistência e da cultura dessas populações e a garantia do uso sustentável dos recursos naturais.

Distante 160 quilômetros de Colniza, Machadinho d'Oeste concentra 16 das 19 Reservas Extrativistas (Resex) do estado. Estas unidades de conservação vêm sendo alvo de grupos criminosos, que ameaçam as comunidades com violência para que abandonem suas terras.

De acordo com a denúncia do MPE-MT⁹, Valdelir de Souza, conhecido como "Polaco Marceneiro", é um dos maiores "empresários" do ramo madeireiro de Machadinho d'Oeste.

"Aqui você tem tudo que precisa para viver. A floresta dá açaí, castanha e quem seguiu esta floresta aqui foi a população que vive nela e os movimentos sociais. Mas algumas pessoas estão desistindo, indo embora, com medo e cansadas de lutar, de serem ameaçadas e mortas", relata Antônio Fernandes, morador da Reserva Extrativista Castanheira, localizada em Machadinho D'Oeste¹¹.

Antônio é um dos agricultores extrativistas que tem seu cotidiano marcado por ameaças e encontros inesperados com madeireiros ilegais. Há até poucos anos, Antônio tirava sua renda da extração do látex das seringueiras - existem mais de 1.500 espécies prontas para produzir em sua Resex. Mas nos últimos dois anos, entrar sozinho na floresta passou a representar risco de vida. Agora ele não pode acessar a mata, nem as estradas de seringa, e precisa buscar outras fontes de sustento, como a venda de pimenta e açaí, que não garantem a renda que tinha antes, com a borracha.

Giselda Pereira Ramos Pilker é moradora da Resex Massaranduba, também em Machadinho d'Oeste, e como Antônio, recebe ameaças constantes, que mudam a rotina de todos que dependem da floresta. "O bandido sempre tem vez. Enquanto eles estão livres, nós estamos presos. Nos tornamos reféns do medo e da violência", relata. Apesar do risco, Giselda sabe que muitos ali dependem de sua resistência. "Eu tenho orgulho de cuidar disso tudo. Tenho certeza de que não é meu, que pertence a um bem muito maior, de bilhões de pessoas. E vou lutar com todas as minhas forças até alguém me escutar", diz¹².

No caso do missionário Elizeu Alves, o perigo não parou nas ameaças. Há alguns meses, ele sobreviveu a um atentado. Eliseu foi recebido a balas enquanto circulava de moto na cidade. "Guardo até hoje a mochila que estava usando naquele dia, com três buracos de bala", conta¹³.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2016, pelo terceiro ano consecutivo, Rondônia foi o estado com o maior número de assassinatos no campo, com 34% do total nacional (21 mortes das 61 registradas)¹⁴.

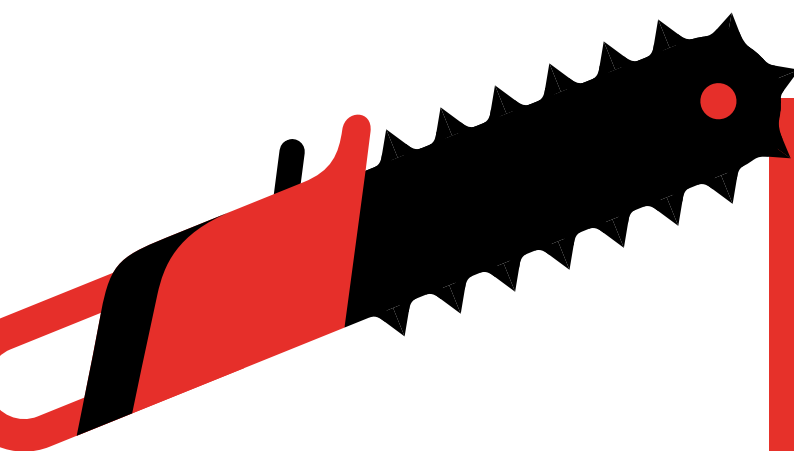
A coordenadora da CPT de Rondônia, Maria Neto¹⁵, conta que de 46 assassinatos registrados no estado de 2014 a 2016, apenas um foi a julgamento. "A impunidade prevalece em Rondônia, onde a gente vê organizações criminosas andando de um lado para o outro, promovendo a violência não só aqui, mas em outros estados", afirma. Segundo denúncia do MPE-MT¹⁶, quatro dos cinco acusados do massacre de Colniza, inclusive o mandante, são moradores do estado de Rondônia.

9 Notícias da Terra: Comissão Pastoral da Terra (2013). "A armadilha da violência em Rondônia", disponível em <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2013/08/a-armadilha-da-violencia-em-rondonia.html>
10 Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2017), caso número 1629-12.2017.811.0105, Código 78767, disponível em <http://servicos.tjmt.jus.br/Processos/Comarcas/dadosProcesso.aspx>
11 Depoimento pessoal dado ao Greenpeace Brasil durante viagem de campo em julho de 2017.

12 Depoimento pessoal dado ao Greenpeace Brasil durante viagem de campo em julho de 2017.
13 Depoimento pessoal dado ao Greenpeace Brasil durante viagem de campo em julho de 2017.
14 Comissão Pastoral da Terra, (2017). Conflitos no Campo Brasil 2016, disponível em <https://goo.gl/k79uzx>
15 Depoimento pessoal dado ao Greenpeace Brasil durante viagem de campo em julho de 2017.
16 Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2017), caso número 1629-12.2017.811.0105, Código 78767, disponível em <http://servicos.tjmt.jus.br/Processos/Comarcas/dadosProcesso.aspx>

A AMAZÔNIA: DO PASSADO AO PRESENTE, TERROR NO CAMPO

Líderes Ka'apor encontram madeira ilegal perto de território indígena, no Maranhão. Etnia segue ameaçada pela violência trazida pela madeira ilegal.



A VIDA PELA FLORESTA

Em 12 de fevereiro de 2005 logo pela manhã, a freira norte-americana Dorothy Stang, foi emboscada e assassinada por dois homens. A missionária, que na época tinha 73 anos, trabalhou por mais de 30 anos no município de Anapu, sudoeste do Pará, prestando apoio a pequenos produtores agroextrativistas. Na ocasião de seu assassinato, ela lutava pela implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, a cerca de 40 quilômetros da sede do município. A área, no entanto, era disputada por fazendeiros e madeireiros da região¹⁸. Vitalmiro de Moura, mandante do crime, Amair Cunha, intermediário, e Clodoaldo Batista, assassino, foram condenados e, atualmente, cumprem o resto da pena em liberdade. Já o também assassino, Raifran das Neves, está preso, acusado de cometer um duplo assassinato depois de ter ganhado liberdade condicional. Regivaldo Pereira Galvão, acusado de ser o outro mandante do crime juntamente com Vitalmiro, foi preso em 2017, depois de decisão em segunda instância. Ele ainda aguarda decisão sobre recurso no Superior Tribunal de Justiça.

O embate com madeireiros ilegais também foi o estopim para o assassinato de Zé Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo em 24 de maio de 2011. O casal de líderes extrativistas era conhecido pela defesa do uso sustentável da floresta e pela oposição à sua exploração predatória.

A história da Amazônia tem sido marcada pela violência desde a época colonial, quando os portugueses dizimaram dezenas de grupos étnicos em busca das riquezas naturais da floresta.

A fraca legislação ambiental, a aplicação inadequada da lei e os vantajosos lucros advindos da madeira e da agricultura garantiram um crescimento contínuo da exploração ilegal da floresta e tornaram o Arco do Desmatamento uma zona sem lei.

De 1985 a 2016, a CPT registrou 1.722 assassinatos no campo originados de 18.012 conflitos por terra. Deste total houve 110 julgamentos durante as três décadas e somente 31 pessoas apontadas pelas investigações policiais como mandantes dos crimes foram condenadas¹⁷.

18 Carneiro, P.L. (2017). "Missionária Dorothy Stang é assassinada no Pará por defender grupos extrativistas", O Globo, disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/missionaria-dorothy-stang-assassinada-no-para-por-defender-grupos-extrativistas-21321154> e Da Redação (2013) Mandante do assassinato de Dorothy Stang é condenado, Exame, disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/mandante-do-assassinato-de-dorothy-stang-e-condenado/>

17 Comissão Pastoral da Terra (2017) 2016, ano do golpe e do aumento da violência no campo, disponível em <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3768-2016-ano-do-golpe-e-do-aumento-da-violencia-no-campo>

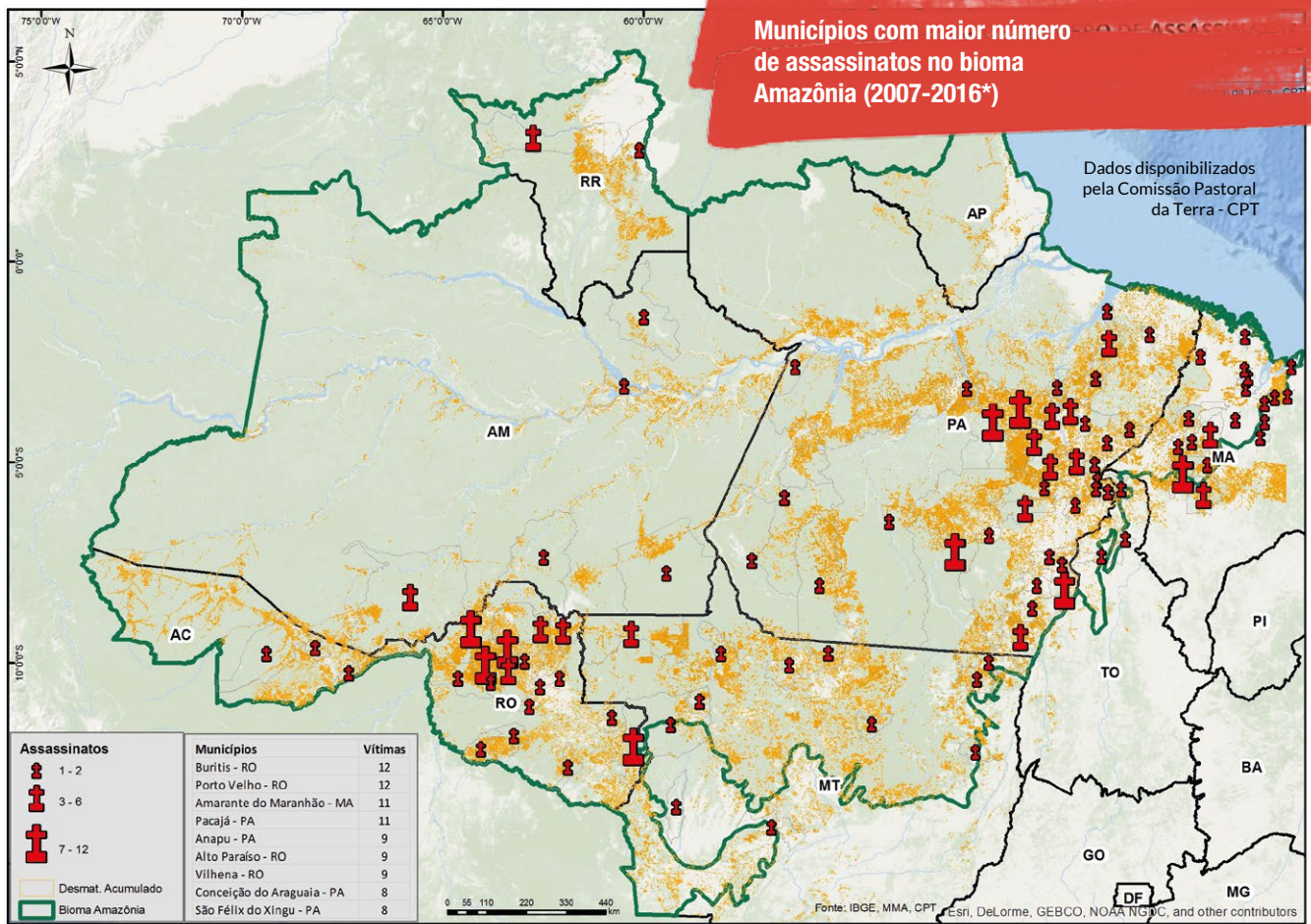


FIGURA 1. O mapa mostra a relação entre o desmatamento na Amazônia (em amarelo)²⁴ e os assassinatos por conflitos de terra no período de 2007 a 2016²⁵.

Eles denunciavam constantemente a atuação de criminosos no Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranha, a 50 quilômetros de Nova Ipixuna, no Pará. O casal foi morto em uma emboscada por pistoleiros¹⁹. Um dos assassinos, Alberto do Nascimento, foi condenado a 42 anos de prisão e cumpre pena em Marabá. O outro assassino, Lindonjonson Silva, cumpria pena de 43 anos de prisão, quando foi beneficiado pelo regime semiaberto e nunca mais retornou. Atualmente, está foragido. O mandante, José Rodrigues Moreira, teve o primeiro julgamento anulado e acabou condenado a 60 anos de prisão por um novo júri, em 2016. Ele não compareceu ao julgamento e continua foragido.

No coração do Maranhão, em um dos últimos remanescentes de floresta do estado, os índios Ka'apor resistem há anos contra as investidas de madeireiros ilegais na Terra Indígena Alto Turiaçu. Em abril de 2015, a liderança indígena Eusebio Ka'apor pagou com a vida pela persistência de seu povo em defender seu território, sendo executado com um tiro pelas costas a menos de quatro quilômetros de sua aldeia, emboscado a mando de madeireiros da região. O inquérito encontra-se sob responsabilidade da Polícia Federal do Maranhão, em São Luís, mas segue sem conclusão²⁰.

De acordo com levantamento da CPT²¹, em 2016, o número de assassinatos relacionados a conflitos no campo no Brasil chegou a 61, um aumento de 22% na comparação com 2015 (50), o maior número registrado desde 2003. A maioria dos assassinatos, 79%, ocorreu na Amazônia Legal²². Ainda em 2016, foram registradas 74 tentativas de homicídios, 200 casos de ameaça de morte, além de 571 casos de agressão associados a conflitos pela disputa de terra. A violência no campo alçou o Brasil ao posto de lugar mais perigoso do mundo para defender as florestas e lutar pelo direito à terra²³. E a madeira ilegal aparece constantemente como gatilho da violência, especialmente na Amazônia, que concentrou os assassinatos.

Mortes anunciadas que poderiam ter sido evitadas se a exploração ilegal de madeira na Amazônia tivesse sido devidamente enfrentada e combatida pelo Estado brasileiro. Com a implementação de um sistema robusto, integrado, público e transparente de licenciamento dos planos de manejo, controle e transporte da madeira, o Brasil pode evitar que a madeira ilegal continue sendo comercializada livremente, contaminando o mercado e tornando os consumidores em cúmplices involuntários da destruição da floresta e da violência contra seus povos.

19 Lima, W. (2011) Casal de extrativistas é assassinado no Pará. Último Segundo, acessível em <https://goo.gl/y1CjXV>

20 Fasolo, C. (2015) Ka'apor denuncia madeireiros por assassinato de indígena da TI Alto Turiaçu, no MA, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), acessível em www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8089

21 "Conflitos no Campo Brasil 2016" disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/3727-conflitos-no-campo-brasil-2016>

22 A Amazônia Legal é uma área que engloba nove estados do Brasil pertencentes à bacia amazônica e à área de ocorrência das vegetações do bioma. Os estados são: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Mato Grosso e do Maranhão.

23 Global Witness (2017). Defenders of the Earth, disponível em https://www.globalwitness.org/documents/19122/Defenders_of_the_earth_report.pdf

24 INPE. Prodes - Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite, disponível em <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

25 Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 1985-2016, disponível em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/co>

MADEIRA MANCHADA DE SANGUE PELO MASSACRE DE COLNIZA CHEGA AO MERCADO INTERNACIONAL



Valdelir, o Polaco Marceneiro, é proprietário de duas madeiras que exportam madeira: Indústria, Comércio e Exportação de Madeiras Cedroarana Ltda Epp (doravante denominada Madeira Cedroarana), localizada em Machadinho d'Oeste, em Rondônia, e Madeiras G.A. Indústria Comércio Importação Exportação de Madeiras Ltda Epp, (doravante Madeiras G.A.), baseada em Colniza, Mato Grosso²⁶. De acordo com informações obtidas em campo pelo Greenpeace, a Madeiras G.A. enviou milhares de metros cúbicos de toras para a Madeira Cedroarana.

A Madeira Cedroarana, por sua vez, tem atuado como serraria e exportadora de madeira desde 2005. Entre janeiro de 2016 e agosto de 2017, a empresa exportou milhares de metros cúbicos de madeira amazônica para clientes dos Estados Unidos, Alemanha, França, Holanda, Dinamarca, Itália, Bélgica e Japão (ver figura 2).

No dia em que ocorreu a chacina em Colniza, a Madeira Cedroarana embarcou cargas de madeira para os Estados Unidos nos navios MSC Amalfi, MSC Arica, Monte Cervantes, Monte Verde e Monte Olivia, que deixaram o Porto de Paranaguá, no Paraná, respectivamente, em 28 de fevereiro, 5 de março, 16 de março, 23 de março e 6 de abril de 2017. Os navios foram descarregados em diferentes portos após 19 de abril, dia do massacre. A madeira também chegou na Europa pelo navio MSC Ajaccio, que deixou Paranaguá no dia 9 de março, descarregando em Valência, na Espanha,

entre 1º a 3 de abril²⁷. Essa carga seguiu para a França em um navio desconhecido, tendo como destino final o porto de Fos-sur-Mer.

Em 15 de maio, o Ministério Público Estadual do Mato Grosso formalizou a denúncia²⁸ contra o madeireiro e quatro acusados do massacre, mas isso não interferiu nas exportações das empresas de Souza. Entre 15 de maio e final de setembro de 2017, pelo menos onze embarques de madeira chegaram aos EUA e dois com destino à Europa (França e Bélgica)²⁹.

EMPRESAS QUE CONTINUARAM A IMPORTAR MADEIRA DA CEDROARANA APÓS 15/05/2017:

Cibm Centre Import Bois
Delfin Germany Gmbh
Derlage Junior Hout
Global Timber A S
Gwp Lda
Industries Pine Products Inc.
Lacey Wood Products
Mid State Lumber Corp.
South Florida Lumber
Tiger Deck Llc
Vogel Import & Export Nv
Houthandel van der Hoek
Wood Brokerage International

²⁷ De acordo com os dados de embarque da Lloyds List Seasearcher, acessados em <http://www.lloydslistintelligence.com/>

²⁸ Anjos, L. dos (2017). G1 Globo. MP denuncia cinco por chacina que matou nove trabalhadores rurais em Colniza (MT), leia em <https://goo.gl/cC9kNJ>

²⁹ De acordo com os dados de embarque da Panjiva, empresa que mantém e analisa dados sobre embarques internacionais.

²⁶ Ministério da Fazenda. Receita Federal, acessível em http://receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjjeva/Cnpjjeva_qsa.asp

FIGURA 2. Empresas que importaram madeira da Cedroarana entre janeiro de 2016 e outubro de 2017³⁰

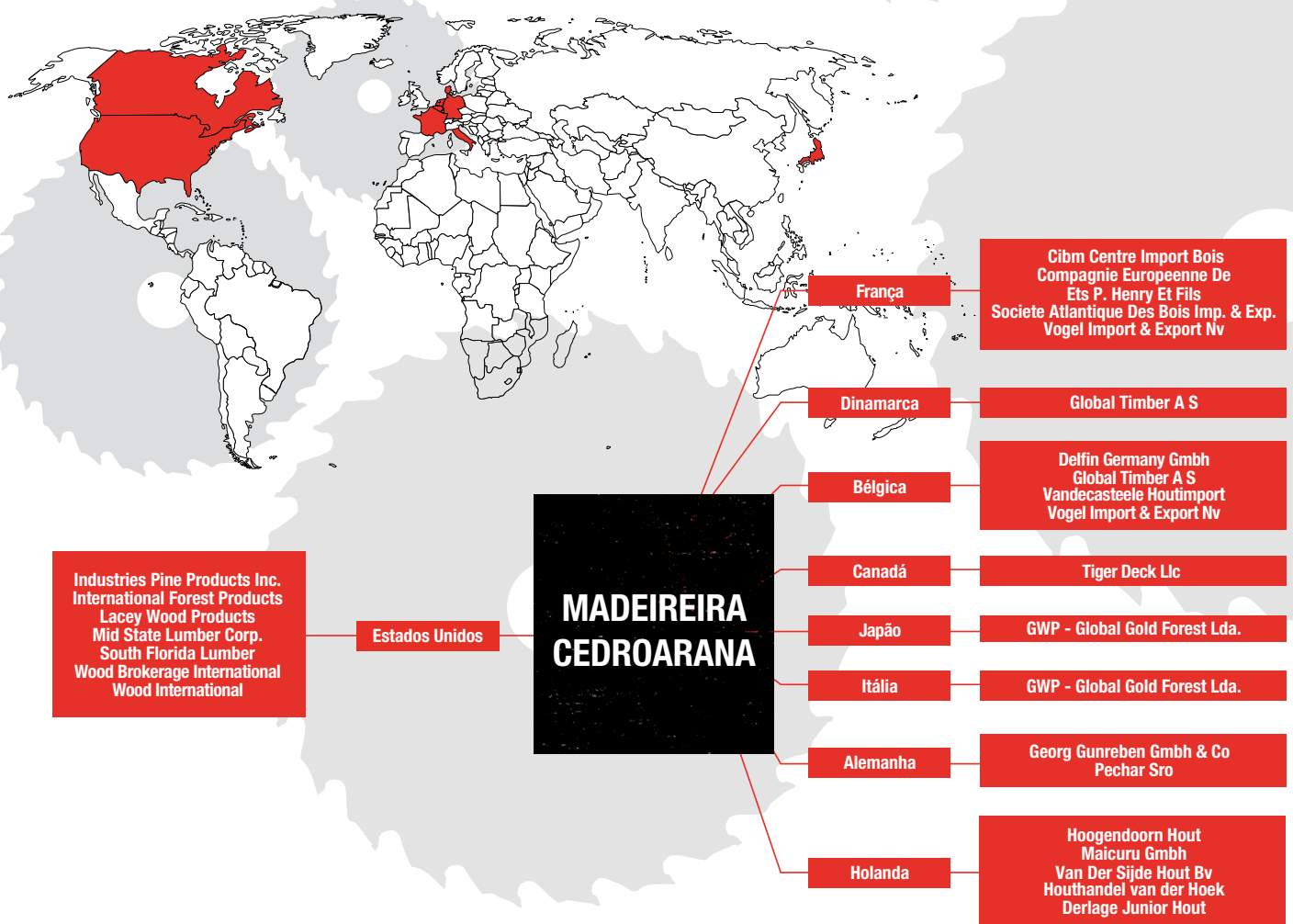


FIGURA 3. Países que mais importaram madeira entre janeiro de 2016 e outubro de 2017, de acordo com o volume³¹



³⁰ De acordo com os dados de embarque da Panjiva, empresa que mantém e analisa dados sobre embarques internacionais.

³¹ De acordo com os dados de embarque da Panjiva, empresa que mantém e analisa dados sobre embarques internacionais.

LAUNDERED FOR EXPORT



© Marizilda Cruppe / Greenpeace

Em protesto, ativistas do Greenpeace instalaram um banner na madeireira Pampa, próxima de Belém (PA), em 2014, com o recado "Lavada para exportação". A ação fez parte de uma investigação que conectou a madeireira a operações ilegais e venda de madeira para o mercado dos Estados Unidos.

NÃO HÁ DESCULPAS PARA A IGNORÂNCIA DE IMPORTADORES

Muito antes do massacre de Colniza, já havia sinais claros sobre a ilegalidade da madeira processada pela Cedroarana. Não há, portanto, desculpas para que qualquer importadora que cumpra com seriedade suas obrigações legais de due diligence (análise de números e riscos de uma empresa) e de justificada desconfiança quanto a documentação oficial brasileira, alegue ignorância. Desde 2007, a empresa acumulou R\$ 565.900 em multas não pagas por estocagem e comercialização de madeira ilegal - informações que os importadores poderiam facilmente encontrar por meio de uma única pesquisa no site do Ibama³².

Além disso, a área no entorno de Machadinho d'Oeste é conhecida pela violência e pelo comércio de madeira ilegal. Por exemplo, já em 2008, a revista Rolling Stone publicou um artigo sobre violência e assassinatos motivados pela exploração de madeira em Colniza, que estava sendo exportada para mercados internacionais via Machadinho d'Oeste³³. Mais recentemente, em julho de 2016, O Estado de São Paulo publicou um relatório especial expondo a violência relacionada à indústria madeireira, com um capítulo dedicado ao município de Machadinho d'Oeste³⁴.

O massacre de Colniza ocorreu no dia 19 de abril e, em 15 de maio, foi relatado na imprensa brasileira³⁵ que Valdelir João de Souza havia conseguido fugir de uma campana policial feita na sua casa, em 30 de abril.

32 Milanez F. (2008) Madeiras de Sangue, Rolling Stone, acessado em: <http://rollingstone.uol.com.br/edicao/21/madeiras-de-sangue#imagem0>

34 Borges, A. and Nossa L. (2016) Terra Bruta - Destruição Liberada, O Estado de São Paulo, 15 julho, disponível em <http://infograficos.estadao.com.br/politica/terra-bruta/destruicao-liberada>

35 Maisonnave, F. (2017) Ministério Público denuncia seis por chacina em Colniza MT, Valor Economico, 15 Maio, leia em <https://goo.gl/FEana1>

32 Ibama - Consulta a Embargos e Autos de Infração, disponível em <https://goo.gl/AtnebC> sob o número do CNPJ 07.519.562/0001.50



Sede da madeira Cedroarana, em Machadinho D'Oeste, Rondônia

FRAUDE E EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA NA RAIZ DA VIOLÊNCIA

Em 2015, os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia foram responsáveis por mais de 85% da produção de madeiras da Amazônia brasileira³⁶. Esses estados controlam a produção e comercialização de madeira tropical por meio de dois sistemas. Um dos sistemas é o de licenciamento, que autoriza a colheita de madeira de áreas regulamentadas por Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFSs). O outro sistema monitora a cadeia de produção, cuja finalidade é garantir a identificação das empresas que compram e vendem madeira desde a floresta até o consumidor final.

Ambos os sistemas vêm sendo sistematicamente fraudados por aqueles que buscam o lucro através da exploração ilegal de madeira³⁷. Um levantamento feito pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) mostra que até 78% das áreas exploradas no Pará³⁸ e 54% em Mato Grosso³⁹, entre agosto de 2011 e julho de 2012, não tinham autorização, sendo, portanto, áreas ilegais.

Mas toda madeira que entra no mercado com papéis falsos ou fraudados vem de algum lugar, geralmente onde a exploração não é permitida, como florestas nacionais, territórios indígenas e áreas de manejo extrativista, sendo exatamente esse o motor gerador da violência no campo relacionada à madeira ilegal. Quando as populações tradicionais e indígenas oferecem oposição ao roubo de madeira, acabam colocando-se na mira da violência, entre a floresta e os criminosos e, como o elo mais fraco, tornam-se vítimas contumazes.

AS CINCO FORMAS MAIS COMUNS DE BURLAR OS SISTEMAS DE CONTROLE DE MADEIRA NO BRASIL SÃO⁴⁰:

- 1.** Com a extração de árvores autorizadas de área onde já houve colheita ou que já foi desmatada.
- 2.** Falsificando o inventário florestal, superestimando o número ou o tamanho de árvores valiosas presentes na área.
- 3.** Com a criação de planos de manejo em locais onde não existem espécies de valor comercial apenas para gerar créditos e documentação de transporte.
- 4.** Pela emissão de mais créditos do que o plano permite.
- 5.** Pela emissão de créditos falsos, com base em áreas que sequer existem.

³⁶ Sistema Nacional de Informações Florestais, acessível em <http://www.florestal.gov.br/snif/producao-florestal/consumo>

³⁷ Para mais informações, veja: <http://chegademadeiraillegal.org.br/>

³⁸ Imazon. Boletim Transparência Manejo Florestal Estado do Pará 2011-2012. <http://amazon.org.br/publicacoes/boletim-transparencia-manejo-florestal-estado-do-para-2011-2012/>

³⁹ Imazon. Boletim Transparência Manejo Florestal do Mato Grosso (2011-2012)

<http://amazon.org.br/publicacoes/boletim-transparencia-manejo-florestal-do-mato-grosso-2011-2012/>

⁴⁰ Greenpeace (2014). Chega de Madeira Ilegal, acessível em http://chegademadeiraillegal.org.br/doc/BR/controle_madeireiro_5_formas_fraudar.pdf



UM FUTURO SOMBRIO PARA A AMAZÔNIA: DESMONTE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AUMENTO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO

O massacre de Colniza, por mais monstruoso/hediondo que tenha sido, foi apenas um exemplo chocante de uma realidade que deve se agravar. De acordo com a CPT, até o fim de setembro de 2017, 61 pessoas já haviam sido assassinadas em conflitos no campo pelo Brasil – o mesmo número de todo o ano de 2016. 77% (49) desses assassinatos ocorreram na Amazônia Legal⁴¹ – estatística terrível que deveria disparar todos os sinais de alerta do governo brasileiro.

No entanto, toda a trama deste pesadelo começa justamente no Congresso Nacional. Longe de atuar para impedir a opressão violenta das populações rurais e a destruição da floresta, o governo de Michel Temer, em conluio com a bancada ruralista, que possui mais de 200 cadeiras na Câmara dos Deputados, promoveu um ataque sem precedentes aos direitos dos povos indígenas, das populações extrativistas tradicionais e dos pequenos agricultores e está promovendo o desmonte da legislação ambiental que garante a proteção das florestas brasileiras. Em votações recordes, este governo está aprovando medidas que alimentam mais conflitos e violência, agravando uma situação agonizante.

Foi dada anistia aos que desmataram ilegalmente, o regime de licenciamento ambiental para grandes obras de infraestrutura corre o risco de ser enfraquecido e as áreas protegidas vêm

sendo reduzidas em uma escala sem precedentes, entregando a Amazônia nas mãos de grileiros de terras⁴².

Com novas Medidas Provisórias (MPs) e cortes nos orçamentos do Ministério do Meio Ambiente e das agências ambientais (Funai, Ibama, ICMBio), responsáveis pela administração e proteção das florestas e pelo apoio aos povos indígenas do Brasil, tudo indica que o atual governo está fechando os olhos para todas as consequências perversas dessas alterações na legislação brasileira.

“Nós somos filhos sem mãe, sem pátria. E se temos mãe, ela está dormindo ou talvez morta”, lamenta Antônio Fernandes, falando sobre o persistente sentimento de que as autoridades o abandonaram à própria sorte. Como tantos outros brasileiros, Fernandes coloca sua vida em risco todos os dias, simplesmente para afirmar seu direito de habitar a floresta onde nasceu, em Rondônia.

Infelizmente, frente aos retrocessos liderados pelo governo de Michel Temer, a violência só tende a piorar e os moradores da floresta em toda a Amazônia continuarão abandonados por sua própria pátria. O Brasil deve agir agora para proteger seus povos, suas florestas e seu futuro.

⁴¹ Comissão Pastoral da Terra (2017) CPT e REPAM lançarão Atlas de Conflitos na Amazônia, disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4038-cpt-e-repam-lancarao-atlas-de-conflitos-na-amazonia>

⁴² Greenpeace Brasil e mais 140 organizações lançaram o movimento Resista, em maio de 2017, para denunciar e resistir aos retrocessos socioambientais promovidos pelo governo de Michel Temer e pela bancada ruralista. Leia a carta que marcou o lançamento do movimento <https://goo.gl/VoC4AM>

Após floridos na Terra Indígena Cachoeira Seca, no Pará, a árvore, que tem a flor símbolo do Brasil, é a espécie mais cobiçada por madeireiros ilegais.

DEMANDAS

O Brasil precisa urgentemente de um sistema de governança e aplicação da lei capaz de assegurar que a madeira da Amazônia seja extraída somente de acordo com as leis aplicáveis e com pleno respeito aos direitos legais dos povos tradicionais em relação ao uso e posse da floresta.

Para isso, o Greenpeace convoca o governo brasileiro e os estados amazônicos produtores de madeira para:

- > conduzir imediatamente uma investigação nas empresas identificadas na denúncia do Greenpeace, tomando todas as medidas cabíveis para assegurar que a madeira ilegal não entre no mercado;
- > conduzir as investigações e os processos com celeridade e seriedade de todos os assassinatos e tentativas de homicídios relacionados a conflitos de terra. Investigar, julgar e condenar os mandantes dos assassinatos no campo;
- > elaborar um sistema, transparente e acessível de licenciamento de planos de manejo florestal, que por meio de travas automáticas evitem o licenciamento de áreas que já tenham sido exploradas, tenham a quantidade de madeira superestimada, evitando inundar o sistema de controle florestal com créditos falsos que facilitam a legalização da madeira extraída de forma ilegal;
- > incorporar um sistema transparente que monitore a cadeia de suprimentos nos sistemas estaduais de licenciamento florestal, para registrar a identidade das empresas que compram e vendem madeira de forma integrada ou centralizada a nível nacional, que rejeitará automaticamente os documentos de transporte com indícios das fraudes mais comuns;
- > garantir que as empresas ou indivíduos condenados por infrações paguem multas e cumpram sanções, como a proibição de se registrar uma área onde um crime ambiental foi cometido.

Paralelamente, o Greenpeace convoca os importadores de madeira a:

- > parar de comprar madeira da Amazônia brasileira a menos que seus fornecedores possam dar evidências confiáveis (como auditorias de campo de terceiros de PMFSs e inventários florestais), além da apresentação de documentação oficial que comprove que seu produto é legal e sustentável e que a exploração respeita os direitos legais de terceiros em relação ao uso e à posse florestal;
- > apoiar ativamente a reforma dos sistemas de licenciamento florestal e de crédito florestal do Brasil, monitoramento e fiscalização da indústria madeireira para garantir que a madeira da Amazônia brasileira seja produzida legalmente;
- > em vista dos problemas crônicos que afetam o licenciamento, o monitoramento e a inspeção das atividades madeireiras e serrarias do setor madeireiro no Brasil, classificar imediatamente a madeira proveniente da Amazônia brasileira como de alto risco, devido à contaminação por desmatamento e violação de direitos legais das populações locais em relação ao uso e à posse da terra e, conseqüentemente, como inaceitável;
- > implementar políticas consistentes para compra de madeira que assegurem que o produto é proveniente de fontes legais e não contribuiu para o desmatamento, degradação florestal, perda de biodiversidade ou impactos sociais negativos.

Autoridades competentes nos países importadores devem:

- > investigar as empresas em sua jurisdição e identificadas no relatório do Greenpeace, averiguando quais medidas foram tomadas para mitigar o risco de que madeira ilegal proveniente da Amazônia brasileira entre no mercado, e tomando as medidas cabíveis;
- > considerar a empresa em desacordo com as regulações de madeira da União Europeia (EUTR - EU Timber Regulation) se esta for incapaz de fornecer informações plausíveis sobre a adoção de medidas para mitigar o risco de ilegalidade em sua cadeia produtiva que vá além da apresentação de documentos oficiais, adotando as penalidades previstas.

**Greenpeace Brasil
Campanha Amazônia**

Coordenação
**Sam Daniel
Tica Minami**

Equipe técnica
**Domingos Macedo
Oliver Salge
Romulo Batista
Sam Daniel**

Texto e Edição
**Camila Rossi
Rosana Villar**

Projeto Gráfico e Diagramação
**Karen Martinez
W5 Publicidade**



GREENPEACE

Greenpeace Brasil
Rua Fradique Coutinho, 352,
Pinheiros, CEP 05416-000
São Paulo/SP, Brasil

www.greenpeace.org.br